



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14852 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

MUDANÇAS NO TRABALHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Ana Cristina Pinheiro Machado - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MUDANÇAS NO TRABALHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Introdução

A pesquisa aqui apresentada decorre do estudo realizado para o desenvolvimento de uma tese de doutorado defendida, em fevereiro de 2024, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). O estudo abordou as transformações no trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação (TAE), tendo por base o contexto da própria UFG.

O objetivo principal foi compreender, sob a ótica dos servidores, a reconfiguração do trabalho TAE, considerando as seguintes perspectivas: as transformações ocorridas nos processos de trabalho, especialmente no fim do século XX e início do século XXI, sob pressão do capitalismo; a feição cada vez mais agressiva da busca pelo capital e os avanços da lógica neoliberal sobre vários campos de atuação humana, inclusive sobre o Estado; os novos contornos que a educação superior pública brasileira adquire à medida que muda a conjuntura política, econômica e social em seu entorno.

Trata-se de um estudo de caso que retornou a 1995, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) chegou à presidência do Brasil e intensificou a implantação de medidas de cunho neoliberal na administração do país. O problema apresentado foi o seguinte: como tem se reconfigurado o trabalho dos TAE a partir da década de 1990, considerando: transformações econômico-produtivas e tecnológicas, mudanças no contexto do trabalho, orientações neoliberais, Reforma Gerencial baseada na Nova Gestão Pública e políticas para a educação superior? Buscou-se analisar no estudo mudanças relativas tanto às atividades funcionais em

si quanto no que tange às relações interpessoais no contexto e no ambiente profissional dos servidores TAE, abarcando, dessa maneira e sob o ponto de vista desses próprios servidores, aspectos objetivos e subjetivos do trabalho.

Autores críticos sobre neoliberalismo – Dardot e Laval (2016), Harvey (2014); trabalho – Antunes (2018), Rifkin (2004); e educação superior no Brasil – Dourado (2019), Dourado, Moraes (2021), Oliveira (2000), Oliveira e Dourado (2017), Oliveira e Lima (2019), entre outras referências clássicas e contemporâneas nesses assuntos, deram sustentação teórica ao estudo. A pesquisa empírica ocorreu entre 2.205 servidores TAE do ativo permanente da UFG – uma universidade de grande porte e com expressão regional e nacional –, por meio de entrevistas presenciais e aplicação de questionário *online*, tendo estes uma taxa de resposta de 16,5%.

Como justificativa para o estudo considerou-se principalmente a necessidade de discutir os variados aspectos da educação superior pública brasileira e a relevância do trabalho dos TAE nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) brasileiras. Ademais, conforme Castro (2017, p. 20), compreende-se que “esse grupo de trabalhadores ainda não obteve a atenção de pesquisadores, talvez por não ter a sua devida importância social reconhecida”. Ou talvez por não ter o devido reconhecimento nem mesmo dentro da área da educação superior.

Contextualização

Os TAE compõem os quadros de pessoal das Ifes brasileiras e formam atualmente a maior categoria de servidores públicos do poder Executivo, com quase 225 mil trabalhadores, entre ativos, aposentados e pensionistas (Brasil, 2024). Os TAE atuam nas atividades-meio e finalísticas das Ifes, indireta e diretamente – a Lei nº 14.695/2023, por exemplo, permite que eles coordenem projetos e recebam bolsas de pesquisa, entre outras. Elementares na dinâmica do campo educacional superior federal, esses servidores têm uma histórica luta pela valorização da carreira.

Além desse grande desafio e das profundas transformações ocorridas na educação superior pública brasileira ao longo dos anos, especialmente a partir da 1995 com a Reforma Gerencial, os servidores TAE sofrem a pressão que o avanço cada vez mais agressivo do sistema neoliberal exerce sobre o Estado e os vários campos de atuação humana, como o trabalho. Dardot e Laval (2016, p. 7) enxergam o neoliberalismo como “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

Na conjuntura neoliberal a liberdade individual é exercida, segundo Harvey (2014), por meio do livre mercado e da atuação de um Estado que tem como papel dar suporte aos direitos da propriedade privada e do livre comércio, ampliando as possibilidades de acumulação por espoliação da classe trabalhadora. Desenvolveu-se, assim, uma “nova morfologia do trabalho” – precário, flexibilizado, instável, desregulamentado, intermitente, com remuneração indigna e sem garantias sociais –, criando um cenário global desalentador em que se situam as atividades e as relações trabalhistas (Antunes, 2018).

Embora possuam uma realidade diferente daquela em que vivem homens e mulheres

sugados pela *uberização* e *pejotização*, os servidores TAE não estão imunes às consequências da conflituosa relação entre trabalho e capital. Mesmo respaldados em muitos aspectos pelas leis que regulam o trabalho no setor público, os TAE convivem com falta crônica de recursos, investimentos e servidores, precarização, terceirização crescente, excesso de trabalho e pressão por produtividade. Conforme Rifkin (2004), uma pressão que se deslocou em grande parte do corpo físico para o intelecto dos trabalhadores, acarretando danos à saúde e à vida deles.

A Reforma Gerencial, a partir de 1995, não só excluiu a educação do núcleo estratégico do Estado como principiou um ciclo de grandes mudanças, e as políticas públicas passaram a assegurar a crescente presença do setor privado na educação superior. O discurso da eficiência e da racionalização materializou-se em ações cada vez mais vigorosas de retirada do poder público da arena educacional, levando a processos de diferenciação institucional, mercantilização, financeirização e internacionalização de um bem que deveria ser de acesso comum (Dourado, 2019).

As profundas modificações por que vem passando a educação superior no Brasil desde a segunda metade da década de 1990 permitem que se fale em um processo de reestruturação, de verdadeira metamorfose das Ifes. Para Oliveira (2000, p. 20, grifo nosso), “novas formas, feições e estruturas” passaram a se processar e ainda operam “no sentido de transformar, em especial, a *gestão universitária* e o trabalho acadêmico dessas instituições”. Ainda segundo o autor, existe “uma dinâmica de alteração que vem procurando tornar as universidades federais em uma coisa diferente do que são” (p. 20).

Assim, os servidores TAE fazem parte de uma intrincada e desafiadora realidade, que muda muito rapidamente, moldada por dinâmicas e tensões externas e também internas às Ifes. Embora tenham um longo histórico de lutas e formem a maior categoria dentro do poder Executivo, os TAE estão entre os servidores menos valorizados, têm os menores salários do serviço público federal, apresentam um índice recorde de desligamento voluntário dos cargos, em torno de 75%, estão com 82% dos cargos ativos extintos ou suspensos e sofrem com a falta de servidores, o acúmulo de tarefas e a terceirização crescente, que em alguns casos chega a 40% da força de trabalho (Fasubra, 2023).

Resultados

Desde os capítulos iniciais da tese, centrados na teoria e criando a base do estudo, até o capítulo final, fruto da pesquisa empírica, buscou-se compreender como e por que – na visão dos próprios trabalhadores – o trabalho dos TAE tem se transformado desde a década de 1990, sob forte influência do que acontece no cenário global. A pesquisa mostrou que os servidores TAE lutam há anos contra pressões externas, mas também contra as divergências internas e as contradições de um grande coletivo de trabalhadores.

As novas tecnologias foram apontadas como a causa das maiores mudanças, trazendo benefícios, agilidade e praticidade aos processos, mas também pontos negativos para a rotina dos TAE, como demanda de trabalho fora do horário e pressão por produzir mais em menos tempo. Depois veio a desvalorização da categoria como a segunda maior causa de mudanças,

gerando entre outras consequências a altíssima taxa de desligamento dos cargos e a transformação da carreira em um degrau para outros cargos públicos. Em seguida, para ficar nas três maiores causas de mudanças elencadas pelos participantes do estudo, está o perfil dos próprios TAE, com destaque para o alto e crescente nível de qualificação dos servidores, malgrado todos os problemas enfrentados, o que contribui para muitas outras mudanças, como a consciência do próprio valor.

A pesquisa mostrou uma categoria em notável transição e muito influenciada pelas transformações sociais, econômicas e políticas. A situação dos TAE tem relação direta com o desmonte da educação em geral, agravado no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em 2023 Lula da Silva retornou ao poder prometendo reconstruir a educação, e o que se espera é que os trabalhadores também sejam valorizados. Por fim: os TAE merecem mais atenção e estudos.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Mudanças no trabalho. Servidor TAE. Servidor técnico-administrativo em educação. Educação superior pública.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. *E-book*.

BRASIL. Portal do Servidor do Governo Federal. **Painel estatístico de pessoal**. 2024. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CASTRO, Ana Caruline de Souza. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás**: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 40, e0224639, p. 1-24, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes. A educação superior pública: expansão, democratização e novos desafios. *In*: ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos; FERNANDES, Rosana César de Arruda (org.). **Por uma didática da educação superior**. Campinas-SP: Autores Associados, 2021. p. 3-39. (Educação Contemporânea).

FASUBRA SINDICAL. Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. **Plano de carreira**. Brasília: Gráfica e Editora Qualitá, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais**: o caso da Universidade Federal de Goiás. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A educação superior no Plano

Nacional de Educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2017. p. 105-137.

OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: tendências e desafios no contexto do PNE (2014-2024). *In*: OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira (org.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências**. Brasília: Anpae, 2019. p. 16-22.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: Makron Books, 2004.